



## #8M2022: Por um Brasil sem machismo, racismo e fome

É de extrema importância termos um mês no calendário anual dedicado ao reconhecimento das lutas e celebração das conquistas realizadas pelas mulheres. É mais uma oportunidade de convidar a sociedade a refletir sobre o real papel e potência feminina, repudiar e enfrentar governos autoritários e misóginos, que despertam o pior que mora em cada ser humano, estimula o ódio, banaliza e debocha da violência brutal contra as mulheres e todas as pessoas.

Este ano as celebrações iniciam ainda em fevereiro, quando comemoramos 90 anos do voto feminino, em 24/02. A data nos provoca a olhar e honrar o caminho percorrido por tantas que nos antecederam, lutaram, sangraram, morreram e nos deixaram um legado inspirador para continuarmos a luta, que é cotidiana. Apesar dos avanços, temos um quadro ainda pouco representativo nas esferas de poder, seja na vida política, no serviço público, na iniciativa privada, no judiciário. Sim, somos 15% de mulheres no parlamento, e é pouco para um grupo que representa mais da metade da população.

No judiciário, por exemplo, 28% são mulheres, pouco mais que 4% ocupam a esfera superior e, se considerarmos as negras, a marca fica em torno de 2%. Portanto, há motivos para celebrar, mas muito mais para continuar a luta pelo que precisamos conquistar. Só é possível viver a democracia com equidade de gênero, com a participação plena das mulheres e com o enfrentamento radical a toda forma de violência.

A violência contra as mulheres

é uma pandemia que também sofre o descaso do governo. É preciso nos posicionar, lutar por justiça e igualdade social, pela efetividade da Lei Maria da Penha, pela avaliação das políticas públicas de enfrentamento a toda forma de violência e, sobretudo, pelo fim da violência política de gênero. Vamos falar sobre racismos e consciência negra, ativismo pelos direitos humanos de todas as mulheres? Vamos garantir a representação de mulheres lésbicas, rurais, indígenas, negras, com

**A violência contra as mulheres é uma pandemia que também sofre o descaso do governo. É preciso nos posicionar, lutar por justiça e igualdade social, pela efetividade da Lei Maria da Penha, pela avaliação das políticas públicas de enfrentamento a toda forma de violência e, sobretudo, pelo fim da violência política de gênero.**

deficiência, nos diversos espaços de poder, sobretudo no parlamento? Vamos conscientizar a população, combater as perversidades do patriarcado, do autoritarismo e tudo que, no Brasil, está em curso contra as mulheres e os grupos sociais minoritários?

O ano de 2022 é decisivo para enfrentar, efetivamente, os retrocessos e a destruição dos

programas e políticas públicas para as mulheres.

Precisamos arregaçar as mangas para reconstruir esse país com valores humanitários e uma nova economia onde haja igualdade de oportunidades e condições, onde as mulheres não façam fila em busca de ossos para alimentar suas famílias.

Precisamos priorizar as pessoas, garantir assistência a quem foi largada à míngua, com as perdas e sequelas de todas as ordens oriundas da covid-19 – já vimos que as mulheres são público alvo.

Por um Brasil construído com as mãos, corações e inteligência das mulheres, com o direito à terra, a produzir, a ter comida no prato, vacinação em massa, mais liberdade e respeito, menos orçamentos secretos... A coisa mais importante é derrubar o desgoverno Bolsonaro e termos uma luz de esperança no fim do túnel. Hoje, podemos dizer que temos a luz mais perto e podemos chegar lá. Por isso, estamos de mãos dadas com os movimentos sociais, convidando toda a sociedade a recriar os espaços de convivência, para discutir e defender a participação, o empoderamento das mulheres e a igualdade de gênero. Essa discussão tem que estar presente em todos os lares brasileiros, nas escolas, na rua, na cultura, nas instituições, nas redes e mídias.

Viva as mulheres, a luta das mulheres, as conquistas, a esperança e a certeza de que juntas somos uma grande FORTALEZA!

Por um Brasil sem machismo, racismo e fome é o lema do nosso #8M2022

# Deputada Luizianne se soma à campanha pela derrubada do veto à Lei da Pobreza Menstrual

A deputada federal Luizianne Lins (PT/CE) tem se somado à campanha pela derrubada do veto nº 59 de Bolsonaro ao Projeto de Lei (PL) nº 14214/21, de autoria da deputada Marília Arraes (PT/PE) e subscrita pela bancada do PT na Câmara. O PL foi aprovado na Câmara e no Senado, mas Jair Bolsonaro vetou. “Vamos todas/os/ e nos somar à luta pelo fim da pobreza menstrual e derrubar na Câmara veto de Bolsonaro ao PL para distribuir absorventes a mulheres e meninas em situação de vulnerabilidade”, afirmou Luizianne em suas redes sociais da Internet.

A parlamentar lembrou que muitas pessoas que menstruam usam papel, pedaço de pano, miolo de pão e até folha de árvore no lugar do absorvente. “Pois é, esta é a realidade de muitas mulheres pobres. Bolsonaro vetou o PL 14214/21 e agora vamos derrubar esse veto na Câmara”, assinalou.

Luizianne citou um estudo realizado com pessoas que menstruam regularmente, entre 14 e 45 anos, e são mais pobres, apontando que 28% são afetadas diretamente pela pobreza

menstrual e 30% conhecem alguém que é afetada. Ela destacou ainda que mais de 4 milhões de pessoas que menstruam não têm acesso a itens mínimos de cuidados menstruais nas escolas. “O projeto vetado por Bolsonaro seria um grande avanço para essas pessoas”, enfatizou.

“Bolsonaro não entende que abrir a escola não basta para que

estudantes estejam lá, em segurança e acolhimento. O veto absurdo ao PL da pobreza menstrual é mais um exemplo disso. Como este homem ainda é o presidente?”, salientou a deputada, ressaltando que o PL 14214 prevê a distribuição gratuita de absorventes para alunas de escolas públicas.



## MPF abre inquérito para investigar os baixos investimentos no ministério comandado por Damare

Após pedido investigação dos gastos com políticas voltadas às mulheres e à população LGBTQIA+ pelas deputadas federais Luizianne Lins (PT/CE) Erika Kokay (PT-DF), Benedita da Silva (PT-RJ), Marília Arraes (PT-PE), Natália Bonavides (PT-RN) e Professora Rosa Neide (PT-

MT), o Ministério Público Federal (MPF) abriu inquérito para apurar os baixos investimentos feitos pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, comandado por Damare

Alves. A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados pediu informações e investigação dos gastos nos anos de 2019 e 2020.

Conforme o MPF, em 2020, o ministério gastou apenas 44% do orçamento previsto, e a baixa execução da pasta pode impactar projetos e programas do governo, como o de proteção a mulheres e combate à violência de gênero.

Um levantamento divulgado em julho pelo Inesc (Instituto de

Estudos Socioeconômicos) aponta que a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) tem o menor investimentos desde 2015.

Em 2020, a SPM teve o maior valor autorizado para ser gasto desde 2017, R\$ 124,3 milhões, mas a verba efetivamente usada foi de 30% do valor, índice de gasto mais baixo em cinco anos.

Em 2021, menos da metade do orçamento planejado saiu do papel. Ao todo, apenas 43,8% dos recursos chegaram a ser efetivamente pagos. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos também sofreu 33% de corte no orçamento para políticas públicas voltadas às mulheres a ser executado em 2022.

Com informações da Agência PT de Notícias.





# Propostas de Luizianne beneficiam ações de combate à violência contra a mulher

Combater a violência contra a mulher é bandeira prioritária de Luizianne na Câmara dos Deputados. É dela o Projeto de Lei nº 1960/21, que acrescenta o §4º ao artigo 140 do Código Penal, como qualificador do crime de injúria motivado em razão da condição de gênero feminino, através de misoginia. Se a injúria for praticada através de meios, elementos ou conteúdos misóginos, o PL estabelece pena de reclusão de um a três anos e multa.

Conforme o texto do PL, essa proposta legislativa é mais uma tentativa de combater os crimes de ódio contra as mulheres, visando à redução do número de feminicídios, que tem aumentado durante a pandemia do coronavírus e com o desgoverno Bolsonaro. “Frequentemente, o assassinato é precedido de agressões verbais e psicológicas, que configuram ofensa ao decoro ou dignidade de outra pessoa. Já o conteúdo misógeno foi definido na Lei nº 13.642, de 03 de abril de 2018, como aquele que propaga o ódio ou

a aversão às mulheres.

“O que se pretende através da presente proposição é punir com mais rigor o crime de injúria praticado com elementos, meios ou conteúdo de ódio ou aversão às mulheres. Misoginia é uma forma extrema de machismo. É o ódio e a aversão às mulheres, uma ideologia e prática que deprecia as mulheres e tudo que é considerado feminino, podendo ser manifestado por meio de agressão física, moral, sexual ou psicológica”, afirma do texto do PL.

Também é de autoria da deputada o PL nº 238/2016, que altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para incluir as ações de combate à violência contra a mulher na lista de exceções à suspensão de transferências voluntárias a entes da Federação (estados, municípios e DF) inadimplentes.

De acordo com justificativa do PL, dada a realidade fiscal de grande parte dos entes da Federação, principalmente dos municípios, é fácil imaginar que muitos deles estão inadimplentes com a União. De acordo com o art. 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a inadimplência impede o recebimento de transferências voluntárias pelo respectivo estado, município ou Distrito Federal. No entanto, estão previstas exceções a essa sanção quando os recursos a serem transferidos se destinem a ações de educação, saúde e assistência social. Portanto, “não há motivo algum para negar às ações de combate à violência contra a mulher o mesmo tratamento”.



## Luizianne Lins na luta das mulheres na Câmara Federal

Foi relatora da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher (CMCVM) nos biênios: 2015-2016 / 2017-2018 / 2019-2020

Defensora da criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência contra a Mulher no Brasil.

Vice-presidenta da Comissão dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados em 2018.

Membro titular da Comissão dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados desde 2018.

Membro da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos Humanos das Mulheres - 2016.

Membro da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Mulher - 2019.

**Autora da Lei nº 13.642/2018 - Lei Lola, contra crimes de misoginia na Internet.**

Autora do PL 8989/2017, que acrescenta ao rol de condutas típicas do crime de estupro outros atos libidinosos além da conjunção carnal.

Autora do PL 2786/2019, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a licença-paternidade.

Autora do PL 638/2019, que dispõe sobre a inclusão da economia do cuidado no sistema de contas nacionais.

## PL de Luizianne altera lei para facilitar acusação judicial de vítimas de violência

A legislação atual traz dificuldades para as vítimas de crimes de violência, em especial os cometidos contra as mulheres, em afronta à Lei Maria da Penha. Pela interpretação do texto vigente, apenas o acusado poderá utilizar imagens, áudio e mensagens em sua própria defesa. Por isso, a deputada federal Luizianne

Lins (PT/CE) apresentou o PL 3423/21, que suprime a expressão “em matéria de defesa” do § 4º do art. 8º-A da Lei 9.296, de 24 de julho de 1996.

A importância desse PL se configura na alteração da lei, tendo em vista que há casos em que mulheres agredidas não podem contar com as imagens captadas no ambiente

doméstico ou fora dele, por iniciativa própria, quando da acusação por parte do Ministério Público, o que dificulta a acusação.

Da maneira como está, a Lei contraria o interesse público, já que prova não deve ser considerada lícita ou ilícita unicamente em razão da parte que beneficiará.

# Com o PT, mulheres conquistaram direitos e mais segurança



O Partido dos Trabalhadores (PT) sempre esteve na linha de frente da defesa dos direitos das mulheres, na luta pela equidade de gênero e por melhores condições de vida. Durante os governos de Lula e Dilma, diversas medidas para assegurar institucionalidade das políticas públicas foram priorizadas, como o enfrentamento à violência de gênero.

Conforme um estudo científico do The Lancet, divulgado recentemente em 16

de fevereiro, uma em cada quatro mulheres sofreu violência doméstica ao longo da vida. Os dados, apurados até 2018, indicam que 27% das mulheres de 15 a 49 anos sofreram violência física ou sexual de um parceiro íntimo durante a vida.

Uma das grandes conquistas da luta petista, a partir de 2003, no governo Lula, foi a criação da Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM), com status de ministério.

Hoje, após inúmeros desmontes do governo de Bolsonaro, a pasta está subordinada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos, que sofreu 33% de corte no orçamento para políticas públicas voltadas às mulheres somente em 2022.

A Casa da Mulher Brasileira foi a que mais sofreu impacto pela falta de investimentos em 2021 e será assim neste ano. A previsão de corte no orçamento para uma das principais políticas públicas voltadas a mulheres será de 70% em 2022. O projeto da Casa da Mulher Brasileira foi criado pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, no governo de Dilma Rousseff.

## Combate à violência

Outra significativa vitória do movimento de mulheres e do movimento feminista durante os governos do PT foi a sanção da Lei Maria da Penha, criada em 2006. A lei foi fruto de um esforço coletivo de organizações feministas coordenado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

Confira, abaixo, algumas das políticas públicas voltadas às mulheres criadas pelo PT:

### Criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM, com status de ministério

#### Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres:

1ª em 2004; 2ª em 2007; 3ª em 2011; 4ª em 2016.

### Planos Nacionais de Política para as Mulheres – 2005, 2008 e 2013

**Lei Maria da Penha**, de 2006, definiu procedimentos específicos para casos de violência contra a mulher, aumentando penas.

**Lei do Feminicídio**, de 2015, tornou o assassinato de mulheres, pela sua condição de mulher, crime hediondo.

**Rede de serviços especializados foi expandida** – aumentou de 332, em 2003, para 889, em 2010, e para 1.534, em 2015.

**Casa da Mulher Brasileira**: proposta era criar uma em cada capital, como espaço de acolhimento e integração de instituições responsáveis pelo enfrentamento à violência contra a mulher. Até o golpe, havia 3 em operação (Campo Grande, Brasília e Curitiba).

**Central de Atendimento à Mulher** – Ligue 180: criada em 2006, foi continuamente ampliada. Foram 4,7 milhões de atendimentos até out/2015.

**Sistema SUS** passou a realizar cirurgias plásticas restauradoras de sequelas causadas por violência contra a mulher (Lei 13.239/2015).

Com informações do PT Nacional.

## #CoisasBoasResistemAo Tempo: gestão Luizianne construiu um hospital exclusivo para atender as mulheres de Fortaleza

A deputada federal Luizianne Lins (PT/CE) vem mostrando em suas redes sociais da Internet os projetos e ações que, durante sua gestão na Prefeitura (2005-2012), mudaram a vida do povo de Fortaleza. Um dos maiores feitos da gestão Luizianne foram as transformações ocorridas na saúde, esta última destacando o Hospital da Mulher.

“Primeiro e único hospital municipal construído para atender exclusivamente mulheres. O projeto e a construção aconteceram durante o meu mandato e, a cada dia, se consolidava mais, sendo referência internacional no atendimento materno e infantil, atendendo a população fortalezense e garantindo um serviço de saúde pública de qualidade”.

O equipamento tem aproximadamente 27 mil metros quadrados, com consultórios, laboratórios, enfermaria, oito centros cirúrgicos, 184 leitos e uma UTI neonatal.

## EXPEDIENTE

**Mandato da deputada federal Luizianne Lins (PT/CE)**

**Câmara dos Deputados, anexo 4. Gabinete 713, Brasília/DF, CEP. 70160-900**

**Fone:** 61-32155713

**E-mail:** dep.luiziannelins@camara.leg.br

**Redes sociais :** @luiziannelinsPT

**Site:** www.luiziannelins.com

**Coordenação de Comunicação** - jornalista Carolina Dumaesq (01452 JP/CE)

**Redação:** jornalista Benedito Teixeira (01214 JP/CE)